



| CADERNO DE PROVA | CARGO |
|------------------|-----------------------------|
| 04 | Assistente em Administração |

INSTRUÇÕES

Este é o Caderno de Prova do Concurso Público para provimento de **cargos efetivos da Carreira de Técnicos Administrativos em Educação do Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO**, Edital nº 24/2022, e contém 50 questões: 25 de Conhecimentos Básicos e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão contém cinco alternativas e apenas uma delas deverá ser escolhida. Confira sua prova e solicite uma nova prova se faltar alguma questão.

Cada candidato receberá um Cartão-Resposta no qual não poderá haver rasuras, emendas ou dobraduras, pois isso impossibilitará sua leitura. O Cartão-Resposta é **nominal** e não haverá substituição do Cartão-Resposta por erro do candidato, sendo de inteira responsabilidade do candidato.

O candidato deverá transcrever as respostas das questões do Caderno de Prova escrita para o Cartão-Resposta utilizando **caneta esferográfica de tinta PRETA**, fabricada em material transparente. A marcação de mais de uma alternativa anula a questão.

Assine o Cartão-Resposta no local indicado e preencha todo o espaço correspondente a cada alternativa selecionada, não ultrapassando seus limites e evitando borrões.

O candidato com cabelos longos deverá prendê-los e deixar as orelhas à mostra. O candidato deverá guardar, antes do início da prova, em embalagem fornecida pelo fiscal, telefone celular desligado, relógios, óculos de sol e quaisquer outros equipamentos eletrônicos e de telecomunicações desligados. **Será motivo de eliminação do candidato o funcionamento (emissão de ruídos) de equipamentos eletrônicos guardados na embalagem.**

Será eliminado do concurso o candidato que:

- A) utilizar qualquer meio de comunicação com outros candidatos após o início da prova;
- B) portar qualquer material ou equipamento vedados por este edital;
- C) não comparecer ao local da prova no horário e na data prevista;
- D) comprovadamente usar de fraude ou para ela concorrer;
- E) atentar contra a disciplina ou desacatar a quem quer que esteja investido de autoridade para supervisionar, coordenar, fiscalizar ou auxiliar na realização das provas.

A prova terá duração máxima de **04 (quatro) horas**. O candidato só poderá retirar-se do local da prova escrita decorrido o tempo de 2 horas de seu início, não sendo permitido o retorno para retirada do Caderno de Prova. O candidato só poderá levar o Caderno de Prova depois de transcorrido o tempo de três horas do início da aplicação desta.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos tenham terminado a prova, só podendo se retirar da sala concomitantemente e após assinatura da ata de aplicação de provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA****O PL das *fake news* não pode tramitar apressadamente**

No trâmite legislativo, há urgências e urgências. Projetos importantíssimos para o país muitas vezes dormem nas gavetas de comissões por pura má vontade daqueles que as comandam, e nesses casos um requerimento de urgência tem o poder de destravar seu andamento; mas outras vezes pretende-se analisar rapidamente projetos extensos e controversos, que necessitariam de discussão muito mais profunda. O caso do PL das *fake news* (PL 2.630/20) se encaixa perfeitamente nesta segunda categoria, e felizmente o plenário da Câmara rejeitou, por pouco (faltaram apenas oito votos), a tramitação às pressas defendida pelo presidente da casa, Arthur Lira (PP-AL), por partidos de esquerda e até mesmo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

É inegável que o ambiente digital sofre de sérias disfunções, que não são exclusividade brasileira, mas que foram potencializadas graças à polarização política e ao que chamamos de “apagão da liberdade de expressão” no país; entre elas estão tanto a difusão generalizada de mentiras e notícias falsas quanto a confusão conceitual a respeito da natureza das mídias sociais, que se declaram neutras para fugir de responsabilização legal, mas na prática decidem quais conteúdos e perfis podem ou não permanecer no ar. Em ambos os casos o vale-tudo tem sérias consequências, seja para quem é caluniado na internet, seja para quem é censurado por puro arbítrio de algoritmos, “checadores de fatos” ou até mesmo magistrados. A questão fundamental é: o PL 2.630 resolve estes problemas ou os agrava?

Como lembramos recentemente neste espaço, o Senado Federal, que já aprovou a também chamada “Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet”, melhorou o texto inicial, mas o relator do texto na Câmara, Orlando Silva (PCdoB-SP), voltou a piorá-lo, e nem os inúmeros questionamentos e emendas propostas estão sendo capazes de fazer a necessária depuração. Pelo contrário: ainda que o projeto

estabeleça um certo procedimento para os casos de exclusão de conteúdo, com garantias aos usuários que hoje lhes são negadas pelas Big Techs, permanece a confusão conceitual sobre a natureza das mídias sociais e sua consequente responsabilização – o máximo que o relator fez foi equipará-las a veículos de comunicação apenas para questões relativas à Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar 64/90).

A título de exemplo, continua no PL a criminalização da “disseminação em massa de mensagens que contenha fato que sabe inverídico que seja capaz de comprometer a higidez do processo eleitoral ou que possa causar dano à integridade física e seja passível de sanção criminal”. A chave, aqui, está no conceito extremamente aberto de “fato que se sabe inverídico”, e que poderá ser usado para punir criminalmente não apenas a difusão intencional da mentira ou da calúnia, mas também a posição oposta a supostos “consensos”. Caso a lei já estivesse em vigor há algum tempo, por exemplo, os autores de muitas afirmações sobre a pandemia inicialmente descartadas como “teorias da conspiração”, mas que depois se mostraram ao menos plausíveis – como no caso da possível origem laboratorial do Sars-CoV-2 –, poderiam ser punidos por divulgar “fato que se sabe inverídico”. Da mesma forma, não se pode descartar que o conceito aberto sirva para perseguir defensores de certas posições éticas ou morais, como a ideia de que atletas transgênero não deveriam poder participar de competições femininas. Além disso, a menção à “higidez do processo eleitoral” cria pretexto para se perseguir qualquer um que faça questionamentos sobre a segurança das urnas eletrônicas, por exemplo.

O pêndulo, hoje, está do lado restritivo. A liberdade de expressão tem sido atropelada tanto pelas Big Techs quanto pelo Judiciário sem o menor pudor, e o PL 2.630, apesar de se dizer pautado por uma série de liberdades e garantias, pouco ou nada faz na prática para defendê-las. Medidas interessantes como a caça aos robôs e perfis falsos foram misturadas a uma série de previsões de caráter aberto e que dão margem a perseguição e censura com base política e ideológica. Jamais um texto como esse poderia tramitar rapidamente; ele necessita de um pente-fino criterioso, inclusive com participação da sociedade civil, para que tenha clareza extrema e efetivamente proteja as

liberdades sem validar o mau uso das mídias sociais e aplicativos de mensagens.

Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/pl-fake-news-urgencia/>
 Copyright © 2022, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados. Acesso em 10 abr 2022

Questão 01

“O PL das *fake news* não pode tramitar apressadamente” se enquadra em um gênero textual cuja definição é “(...) um gênero textual de cunho jornalístico, opinativo e argumentativo que apresenta a opinião ou o posicionamento crítico da empresa, do jornal ou da direção a respeito dos temas mais patentes no momento da publicação. Desse modo, é um texto que sintetiza, em certa medida, a leitura geral do momento no qual o jornal será publicado, ao mesmo tempo em que apresenta o posicionamento da equipe.”

Fonte: <https://brasile scola.uol.com.br/redacao/o-editorial.htm>

Essa é uma definição sobre o gênero textual:

- A) Crônica
- B) Entrevista
- C) Editorial
- D) Notícia
- E) Texto publicitário

Questão 02

Percebe-se, na opinião do autor, que:

- A) O projeto de lei é questionável por dar margem à parcialidade político-ideológica, podendo representar um perigo à liberdade de expressão.
- B) O projeto de lei é questionável por dar margem à parcialidade político-ideológica, podendo influenciar diretamente os resultados de processos eleitorais.
- C) O projeto de lei é questionável por dar margem à parcialidade político-ideológica, que por sua vez pode influenciar a opinião pública e resultar em confusões de julgamento.
- D) O projeto de lei é questionável por dar margem à parcialidade político-ideológica, e pode

dividir ainda mais as opiniões esquerdistas e de direita.

- E) O projeto de lei é questionável por dar margem à parcialidade político-ideológica, e deve ser totalmente reelaborado para atender aos cinco princípios da Administração Pública, que são a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Questão 03

A passagem em que **não** se pode perceber isoladamente um posicionamento pessoal do autor em relação ao assunto tratado no texto é:

- A) “Jamais um texto como esse poderia tramitar rapidamente; ele necessita de um pente-fino criterioso.”
- B) “(...) o Senado Federal, que já aprovou a também chamada “Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet”, melhorou o texto inicial, mas o relator do texto na Câmara, Orlando Silva (PCdoB-SP), voltou a piorá-lo (...)”
- C) “A liberdade de expressão tem sido atropelada tanto pelas *Big Techs* quanto pelo Judiciário sem o menor pudor.”
- D) “No trâmite legislativo, há urgências e urgências.”
- E) “(...) a natureza das mídias sociais, que se declaram neutras para fugir de responsabilização legal, mas na prática decidem quais conteúdos e perfis podem ou não permanecer no ar.”

Questão 04

“Em ambos os casos o vale-tudo tem sérias consequências (...) A questão fundamental é: o PL 2.630 resolve estes problemas ou os agrava?”

No texto, o pronome demonstrativo estes faz referência a uma ideia que se encontra explícita no enunciado anterior: às consequências da difusão de mentiras e à confusão conceitual das mídias sociais. Ao uso desse pronome na função de retomada de termos ou ideias, dá-se o nome de:

- A) Catáfora.
- B) Anáfora.
- C) Metáfora.

- D) Eclipse.
- E) Reiteração.

Questão 05

Fake news e *internet* são exemplos de palavras que foram tomadas por empréstimo de outro idioma e incorporadas à língua portuguesa. A esse fenômeno damos o nome de:

- A) Variedade linguística.
- B) Uso do nível formal da língua portuguesa.
- C) Estrangeirismo.
- D) Gíria.
- E) Nenhuma das anteriores.

Questão 06

O uso de expressões valorativas, que conferem marcas de personalidade e dá voz ao autor no texto, **não** pode ser identificado na passagem:

- A) “faltaram apenas oito votos”.
- B) “e felizmente o plenário da Câmara rejeitou”.
- C) “Projetos importantíssimos para o país muitas vezes dormem nas gavetas”.
- D) “O caso do PL das *fake news* (PL 2.630/20) se encaixa perfeitamente nesta segunda categoria”.
- E) “poderá ser usado para punir criminalmente”.

Questão 07

Um dos usos das aspas é para conferir ironia a uma palavra ou expressão. Essa intenção pode ser percebida no trecho:

- A) (...) poderá ser usado para punir criminalmente não apenas a difusão intencional da mentira ou da calúnia, mas também a posição oposta a supostos “consensos”.
- B) É inegável que o ambiente digital sofre de sérias disfunções, que não são exclusividade brasileira, mas que foram potencializadas graças à polarização política e ao que chamamos de “apagão da liberdade de expressão” no país.
- C) Como lembramos recentemente neste espaço, o Senado Federal, que já aprovou a também chamada “Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet”.

- D) A título de exemplo, continua no PL a criminalização da “disseminação em massa de mensagens que contenha fato que sabe inverídico que seja capaz de comprometer a higidez do processo eleitoral ou que possa causar dano à integridade física e seja passível de sanção criminal”.
- E) A chave, aqui, está no conceito extremamente aberto de “fato que se sabe inverídico”.

Questão 08

O pronome oblíquo átono lhes é usado para substituir um substantivo que exerce função de objeto indireto. No trecho “Pelo contrário: ainda que o projeto estabeleça um certo procedimento para os casos de exclusão de conteúdo, com garantias aos usuários que hoje lhes são negadas pelas *Big Techs*, permanece a confusão conceitual sobre a natureza das mídias sociais e sua consequente responsabilização”, o pronome *lhes* está substituindo e se referindo a que palavra já mencionada?

- A) Garantias
- B) *Big Techs*
- C) Mídias sociais
- D) Usuários
- E) Casos

Questão 09

Em “A questão fundamental é: o PL 2.630 resolve estes problemas ou os agrava?”, os dois pontos estão sendo usados com que finalidade?

- A) Para citar a fala de alguém.
- B) Para introduzir um esclarecimento ou explicação.
- C) Para iniciar uma enumeração.
- D) Para sintetizar ou resumir uma ideia.
- E) Nenhuma das anteriores.

Rascunho

Questão 10

“A chave, aqui, está no conceito extremamente aberto de “fato que se sabe inverídico” (...) Nesse trecho, as vírgulas estão sendo usadas em que sentido?

- A) Para intercalar um termo na oração, que pode ser deslocado para outro **lugar sem prejuízos no sentido**.
- B) Para indicar a elipse de um verbo.
- C) Para separar o vocativo “a chave” do restante da oração.
- D) Para separar termos de mesma função em uma enumeração.
- E) Para indicar um aposto explicativo.

Questão 11

“Jamais um texto como esse poderia tramitar rapidamente; ele necessita de um pente-fino criterioso, inclusive com participação da sociedade civil, para que tenha clareza extrema e efetivamente proteja as liberdades sem validar o mau uso das mídias sociais e aplicativos de mensagens.”

Percebe-se o uso do ponto e vírgula na passagem acima com a finalidade de separar as duas orações coordenadas. Porém, o ponto e vírgula é um sinal bastante flexível e poderia ser substituído, **sem alteração de sentido**, por quais outros sinais nesse trecho?

- A) Vírgula ou reticências.
- B) Ponto final ou reticências.
- C) Reticências ou travessão.
- D) Ponto final ou travessão.
- E) Todas as alternativas.

Questão 12

“Projetos importantíssimos para o país muitas vezes dormem nas gavetas de comissões por pura má vontade daqueles que as comandam, e nesses casos um requerimento de urgência tem o poder de destravar seu andamento; mas outras vezes pretende-se analisar rapidamente projetos extensos e controversos, que necessitariam de discussão muito mais profunda. O caso do PL das *fake news* (PL 2.630/20) se encaixa perfeitamente nesta segunda categoria (...)”

O pronome demonstrativo **nesta** está sendo empregado com que finalidade?

- A) Para referir-se a um ser ou coisa que está próximo (no espaço) da 1ª pessoa do discurso (a que fala).
- B) Para referir-se a um ser ou coisa que está próximo (no espaço) da 2ª pessoa do discurso (a quem se fala).
- C) Para referir-se a um período distante do momento em que se fala (no tempo – o passado ou o futuro).
- D) Para referir-se a um ser ou coisa que está próximo (no espaço) da 3ª pessoa do discurso (de quem se fala).
- E) Para indicar, entre mais de uma ideia, aquela que está mais próxima da fala (dentro do discurso).

FUNDAMENTOS EM EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO**Questão 13**

Um servidor, ocupante de cargo efetivo e em exercício no IFTO, teve ocorrência de falecimento durante o mês de outubro de 2020, por complicações advindas da COVID-19. Resta que, no último contracheque desse servidor, fora realizado o pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, e seu cônjuge, beneficiário da pensão por morte, após a concessão, solicitou a revisão dos valores, para que seja considerada a parcela relativa à gratificação em questão no cálculo do benefício.

Utilizando os conhecimentos acerca das disposições constantes na Lei nº 8.112/90 acerca da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso, assinale a alternativa que contém a afirmação correta sobre o caso:

- A) Não será possível a revisão, haja vista a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso ter seu cômputo vedado por disposição expressa da lei, inclusive para fins de cálculo de pensões.
- B) A revisão é devida, visto que a base de cálculo da pensão considera o contracheque do mês de

falecimento, inclusos todos os rendimentos informados.

- C) A concessão é devida, visto que a base de cálculo da pensão considera o contracheque do mês de falecimento, inclusos todos os rendimentos informados, menos auxílios e diárias.
- D) Será possível a revisão, haja vista a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso ter seu cômputo incluído como salário por disposição expressa da lei, inclusive para fins de cálculo de pensões.
- E) Não será possível a revisão, haja vista a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso estar revogada desde janeiro de 2020.

Questão 14

Tratando-se da educação como dever do Estado, nos termos da Constituição Federal de 1988 em vigor atualmente, inclusas suas emendas, assinale a alternativa **incorreta** entre as que seguem.

- A) É garantida a progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- B) O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
- C) A oferta do ensino noturno é uma diretriz opcional, podendo ser retirado em sua totalidade da educação pública nacional.
- D) A remuneração condigna dos profissionais da educação básica deve ser destino de parte dos recursos aplicados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios na educação, nos termos da CF/88.
- E) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Questão 15

O Decreto nº 1.171/94 estabelece o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Ele fixa os padrões éticos a serem seguidos pelos servidores, bem como seus

principais deveres e vedações. Ademais, cria também a figura da Comissão de Ética encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Tal comissão deve ser criada em cada órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta e indireta, autárquica ou fundacional. Também cabe a essa comissão o papel de conhecer dos fatos realizados por servidores públicos atentatórios aos preceitos éticos, seja deveres ou vedações. O servidor que infringir o código de ética estará sujeito a aplicação, pela Comissão de Ética, da pena de

- A) redução de até 30% do valor de seu salário por um período de 2 meses a 6 meses.
- B) advertência.
- C) suspensão.
- D) demissão.
- E) censura ética.

Questão 16

Marque a alternativa em que **não** é possível o uso da dispensa de licitação.

- A) Para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia.
- B) Nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- C) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, mesmo que não haja urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.
- D) Materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e

terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar.

- E) Aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

Questão 17

Considerando a Resolução nº 60/2018 emitida pelo CONSUP do IFTO, de 25 de setembro de 2018, alterada pela Resolução nº 55/2019, de 21 de agosto de 2019, do mesmo órgão, que estabelece o Estatuto do Instituto Federal do Tocantins, marque a alternativa que indique um princípio **inexistente**.

- A) Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.
 B) Acréscimo de valor agregado aos produtos nacionais, principal fator na escolha dos cursos a serem ofertados para a sociedade, sem levar em consideração características sociais.
 C) Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão.
 D) Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.
 E) Natureza pública e gratuita do ensino sob a responsabilidade da União.

Questão 18

O Regimento Geral do IFTO atualmente em vigor na Resolução nº 67/2019/CONSUP/IFTO, com suas alterações, disciplina os papéis e atribuições das unidades que compõem o IFTO em linhas gerais. Considerando o disposto na normativa mencionada, marque a alternativa que relaciona corretamente o quadro de unidades com suas atribuições, conforme segue:

Unidades

1. Comissão Própria de Avaliação
2. Conselho de Inovação
3. Reitor
4. Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Atribuições

- I. Gerir os programas de incentivo à pesquisa e à

inovação do IFTO.

II. Condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP - obedecendo as diretrizes normatizadas pela lei vigente.

III. Órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, de gestão e promoção da Política de Inovação do Instituto Federal do Tocantins.

IV. Promover políticas, coordenar e fiscalizar as atividades da instituição.

- A) 1 – II; 2 – III; 3 – I; 4 – IV.
 B) 1 – I; 2 – IV; 3 – III; 4 – II.
 C) 1 – III; 2 – I; 3 – IV; 4 – II.
 D) 1 – II; 2 – III; 3 – IV; 4 – I.
 E) 1 – IV; 2 – I; 3 – III; 4 – II.

Questão 19

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) traz alguns conceitos específicos necessários para a compreensão de suas disposições. Considerando essa informação e a LGPD, marque a alternativa que relaciona corretamente os termos e seus conceitos conforme segue.

Termo

1. Banco de dados
2. Anonimização
3. Dado pessoal sensível
4. Controlador

Conceito

- I. Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- II. Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- III. Utilização de recursos técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

IV. Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

- A) 1 – III; 2 – II; 3 – I; 4 – IV.
- B) 1 – IV; 2 – III; 3 – II; 4 – I.
- C) 1 – IV; 2 – I; 3 – II; 4 – III.
- D) 1 – II; 2 – I; 3 – IV; 4 – III.
- E) 1 – IV; 2 – I; 3 – II; 4 – III.

INFORMÁTICA BÁSICA

Questão 20

Assinale a afirmativa **incorreta** acerca do hardware de um computador.

- A) O desempenho de microprocessadores é geralmente determinado pela velocidade do clock, normalmente expressa em *Gigahertz* (GHz).
- B) Processadores multinúcleos são chips que possuem mais de uma unidade de processamento, cada qual com capacidade de executar vários processos simultâneos.
- C) O RAID é uma tecnologia utilizada para aumentar a confiabilidade e o desempenho do armazenamento de dados em um sistema computacional.
- D) Os dispositivos de armazenamento do tipo HDD (*Hard Disk Drive*) possuem velocidade de escrita e gravação superiores aos dispositivos do tipo SSD (*Solid State Disks*).
- E) A memória RAM é um dispositivo de armazenamento volátil e possui velocidade superior ao HDD (*Hard Disk Drive*).

Questão 21

São afirmativas verdadeiras acerca da Internet, **exceto**:

- A) Na constituição da Intranet são utilizados os mesmos recursos e protocolos empregados na *Internet*, porém o seu acesso é privativo a um grupo predefinido de usuários de uma organização.
- B) Serviços de criptografia e *firewall* são recursos que agregam segurança no acesso à *Internet*.

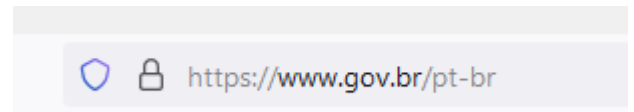
- C) HTML é a sigla de um protocolo utilizado para transferir, por meio da *Internet*, documentos em formato hipertexto e seus recursos.
- D) Uma VPN (*Virtual Private Network*) fornece tecnologia que possibilita o uso da *Internet* pública como meio de comunicação privada de dados.
- E) O Protocolo SMTP é um protocolo usado para realizar a transferência de arquivos entre computadores, seja em uma rede local ou pela *Internet*.

Questão 22

No Windows 10, qual ação será realizada quando acionamos o atalho de teclado "Windows + I"?

- A) Mostra ou oculta o *desktop*.
- B) Abre o aplicativo configurações.
- C) Abre o explorador de arquivos.
- D) Desliga a máquina.
- E) Abre o prompt de comando.

Questão 23



Em aplicativos de navegação de páginas da Internet, o ícone de um cadeado que surge ao lado da caixa de texto de URL, conforme figura acima, sinaliza que

- A) o usuário está acessando a página em uma Intranet.
- B) o usuário não está logado no site.
- C) a página está indisponível para o usuário.
- D) está sendo realizado o download de um arquivo.
- E) a conexão está criptografada.

Rascunho

Questão 24

| | A | B | C | D |
|----|---------------|--------|--------|------------|
| 1 | Nome do Aluno | Nota 1 | Nota 2 | Nota Final |
| 2 | Aluno A | 5,9 | 7,7 | 6,8 |
| 3 | Aluno B | 5,5 | 4,7 | 5,1 |
| 4 | Aluno C | 6,7 | 5,5 | 6,1 |
| 5 | Aluno D | 9,7 | 9,9 | 9,8 |
| 6 | Aluno E | 9,8 | 6,3 | 8,1 |
| 7 | Aluno F | 9,9 | 6,7 | 8,3 |
| 8 | Aluno G | 7,7 | 9,9 | 8,8 |
| 9 | Aluno H | 6,5 | 5,5 | 6,0 |
| 10 | Aluno I | 5,7 | 5,9 | 5,8 |
| 11 | | | | |

Analise a planilha realizada no Libre Office Calc 7.2 (instalação padrão em português) e julgue as afirmativas abaixo.

- I. A fórmula =MÁXIMO (B2:D4;B9:D10) retornará o valor 9,9
- II. A fórmula =CONT.SE (D2:D10;">6") retornará o valor 7
- III. A fórmula =SE (B2>=6; "APROVADO"; "REPROVADO") retornará "REPROVADO"
- IV. A fórmula =MED (D2:D10) retornará a média dos valores contidos no intervalo das células D2 a D10

Sobre as afirmativas acima, pode-se declarar que está **correto** o que está contido em

- A) apenas III.
- B) apenas I e IV.
- C) apenas IV.
- D) apenas I, III e IV.
- E) apenas III e IV.

Questão 25

Acerca do Libre Office Writer 7.2 (instalação padrão em português), assinale a alternativa incorreta.

- A) A ferramenta Justificar possibilita alinhar o texto às margens esquerda e direita do documento.
- B) Para desfazer e refazer alterações em um documento, podemos utilizar, respectivamente, as teclas de atalho "CTRL" + Z e "CTRL" + Y.
- C) Para aplicar o recurso negrito podemos utilizar as teclas de atalho "CTRL" + N ou o botão

Negrito situado na barra de ferramentas Formatação ou através do menu Formatar > Texto > Negrito.

- D) A operação Mesclar permite aglutinar células de uma tabela.
- E) Para abrir um documento, podemos utilizar as teclas de atalho "CTRL" + O.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 26

O IFTO publicara edital de concurso público para provimento de cargos da carreira dos Técnicos Administrativos em Educação. Resta que tal edital mencionara expressamente sua validade por período de 1 ano, a contar da data da homologação do resultado do concurso sendo possível sua renovação. Utilizando os conceitos e disposições constantes na CF/88, atinentes à administração pública, indique o prazo total correto de validade do concurso em questão, caso esse seja prorrogado:

- A) 1 ano, pois a CF/88 determina que os prazos de validade de concursos públicos são improrrogáveis, sendo a disposição do edital nula.
- B) 3 anos, visto que independente do prazo de validade inicial do concurso, a CF/88 determina que toda prorrogação de edital deve acrescer um período de 2 anos à validade inicial.
- C) 1 ano e 6 meses, visto que a CF/88 autoriza prorrogação desde que ela corresponda exatamente a 50% da validade inicial.
- D) 4 anos, visto que independente do prazo de validade inicial do concurso, a CF/88 determina que toda prorrogação de edital deve acrescer um período de 3 anos à validade inicial.
- E) 2 anos, visto que a prorrogação deve ocorrer por igual período da validade inicial.

Rascunho

Questão 27

Ato administrativo é a forma como as ações da administração pública se exteriorizam e produzem efeitos na esfera jurídica, seja reconhecendo, extinguindo ou modificando direitos, impondo restrições ou obrigações, sob a égide da legalidade.

Em se tratando de ato administrativo e seus tipos, assinale a alternativa que relaciona corretamente o tipo de ato administrativo e seu conceito.

Tipo de Ato Administrativo

- | |
|----------------|
| 1) Negocial |
| 2) Ordinatório |
| 3) Normativo |
| 4) Punitivo |

Conceito

I) Possui característica de abstração e regramento de situações gerais futuras. São discricionários e se submetem ao controle judicial assim como as leis.

II) Possuem a finalidade de disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional dos agentes públicos, portanto, eles têm alcance interno. São relativos ao poder hierárquico existente dentro das organizações públicas.

III) São aqueles em que o ato é realizado unilateralmente pela administração, no entanto sua realização é de interesse do particular, esse solicita que a administração confira anuência para que exerça determinada atividade. Não se confundem com contratos administrativos, visto que possuem caráter bilateral.

IV) São aqueles que, com fundamento no poder disciplinar da administração pública, impõem sanções aos servidores e particulares.

- A) 1 – II; 2 – III; 3 – I; 4 – IV.
 B) 1 – I; 2 – IV; 3 – III; 4 – II.
 C) 1 – III; 2 – I; 3 – IV; 4 – II.
 D) 1 – III; 2 – II; 3 – I; 4 – IV.
 E) 1 – IV; 2 – I; 3 – III; 4 – II.

Questão 28

Mário é servidor em estágio probatório de órgão da administração pública direta da União, ocupando cargo cujo requisito mínimo de ingresso é o ensino fundamental. Com graduação e mestrado na área de Administração, ele faz concurso e consegue aprovação para o cargo de Assistente em Administração, no IFTO. Toma posse com efetivo exercício, e solicita a vacância por posse em cargo inacumulável em relação ao cargo anterior. Resta que, durante o estágio probatório, verifica junto à sua unidade de gestão de pessoas, a possibilidade de ser reconduzido ao cargo anterior. Assinale a resposta com a afirmação correta sobre a consulta de Mário:

- A) A recondução é possível, visto que seu único requisito é a inabilitação no estágio probatório do cargo de destino.
 B) A recondução é possível a qualquer momento, visto que, mesmo após a estabilidade no cargo de destino, a legislação prevê sua ocorrência, independentemente do interesse da administração.
 C) Nesse caso a recondução não é possível, pois o servidor não era estável no cargo anterior, conforme requer a Lei nº 8.112/90.
 D) Não é possível conceder a recondução, pois o caso é passível de readaptação, nos termos da Lei nº 8.112/90.
 E) Não é possível conceder a recondução, pois o caso é passível de reversão, nos termos da Lei nº 8.112/90.

Questão 29

Xavier é servidor do IFTO, ocupante de cargo efetivo cujas atribuições o colocam em contato com equipamentos que, apesar de não exalarem toxicidade, podem causar morte instantânea em caso de acidentes, dado o alto risco em seu manuseio.

Segundo a Lei nº 8.112/90, Xavier possui direito a percepção de (assinale a alternativa **correta**):

- A) Adicional de periculosidade.
 B) Adicional de insalubridade.
 C) Adicional de serviço extraordinário.
 D) Adicional de atividades penosas.
 E) Adicional noturno.

Questão 30

Um servidor do IFTO, ocupante de cargo efetivo, após usufruir licença para atividade política, e se candidatar ao cargo de vereador, teve êxito na eleição. Entretanto, o cargo de vereador na cidade para qual foi eleito possui incompatibilidade de horário com o cargo efetivo no IFTO.

Segundo a Lei nº 8.112/90, assinale qual a alternativa que representa corretamente a solução empregada ao caso:

- A) O servidor será obrigatoriamente exonerado do cargo efetivo, sem direito a retorno, visto que a posse em cargo eletivo é uma das espécies de vacância constantes na Lei nº 8.112/90.
- B) O servidor será afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- C) Ao servidor será concedida licença remunerada, e receberá tanto o salário de vereador quanto o salário do cargo ocupado no IFTO.
- D) O servidor será licenciado do cargo efetivo, recebendo a totalidade dos proventos de vereador e mais 50% da remuneração de seu cargo no IFTO.
- E) O servidor será redistribuído para outro órgão que possua compatibilidade de horário.

Questão 31

Um servidor, ocupante de cargo efetivo, responsável pelos procedimentos necessários para a doação de determinados bens de seu órgão para instituições beneficentes, mesmo ciente da existência de procedimento específico para a realização da doação, ignorou-o dolosamente para favorecer instituição de sua preferência.

Segundo a Lei nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, o servidor incorreu em conduta classificada como (assinale a alternativa correta):

- A) Ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito.
- B) Ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- C) Ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

- D) Contravenção penal.
- E) Falta disciplinar leve.

Questão 32

O servidor A, responsável pelo almoxarifado de seu órgão, por descuido, de maneira não intencional, deixou cair líquido sobre máquina eletrônica existente em sua sala, o que ocasionou curto-circuito e um posterior incêndio, que destruiu alguns equipamentos e causou prejuízo ao patrimônio público da unidade.

Segundo a Lei nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, o servidor incorreu em conduta classificada como (assinale a alternativa **correta**):

- A) Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito.
- B) Configura ato de improbidade em razão do prejuízo ao erário causado, mesmo a atitude sendo culposa.
- C) Constitui crime com pena restritiva de liberdade.
- D) Configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.
- E) A conduta do servidor não é passível de punição pela lei de improbidade administrativa, visto ter sido culposa.

Questão 33

Segundo o Decreto nº 1.171/94, Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, são vedações impostas ao servidor, **exceto** (assinale a alternativa que não é uma vedação):

- A) Jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- B) O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- C) Deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.
- D) Retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.

- E) Ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão.

Questão 34

Considerando as características fundamentais da redação oficial apresentadas no Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição, revista, atualizada e ampliada – Brasília Presidência da República 2018), julgue os itens que seguem. Está **incorreta** a afirmativa:

- A) Buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto é uma das maneiras de se obter a clareza.
- B) Para que haja a conexão, a ligação, a harmonia entre os elementos de um texto são necessárias a coesão e a concisão.
- C) Transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras é uma das maneiras de se obter a concisão.
- D) As comunicações oficiais exigem formalidade, essa diz respeito à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação.
- E) Para escrever com objetividade o autor precisa escolher, dentre as várias ideias que permeiam a informação, aquelas que são fundamentais, que se relacionam diretamente ao assunto, removendo do texto as que distanciam o leitor do foco do assunto abordado.

Questão 35

O fecho que encerra corretamente o padrão ofício:

- A) Nestes termos, Peço Deferimento.
- B) É empregado somente um fecho: “Atenciosamente”
- C) São empregados somente dois fechos: “Respeitosamente” e “Atenciosamente”.
- D) O fecho deverá conter somente a fórmula “Respeitosamente”.
- E) O fecho deve caracterizar-se pela cordialidade, como por exemplo: “Agradeço ao Senhor a atenção dispensada”.

Questão 36

Sobre o emprego dos pronomes de tratamento nos documentos oficiais, está **incorreta** a afirmativa:

- A) Nos documentos oficiais o uso dos pronomes de tratamento será necessário em três momentos distintos: no endereçamento, no vocativo e no corpo do texto.
- B) No vocativo, os pronomes de tratamento são utilizados no início do texto do documento, para dirigir-se ao destinatário, sempre seguido por vírgula.
- C) Apenas no corpo do texto pode-se empregar os pronomes de tratamento em sua forma abreviada.
- D) Em uma correspondência oficial destinada ao reitor de uma Instituição Federal de Ensino o vocativo a ser empregado é “Excelentíssimo Senhor Reitor”.
- E) Em uma correspondência oficial destinada a uma autoridade do Supremo Tribunal Federal usa-se os seguintes pronomes de tratamento: no endereçamento: “A Sua Excelência o Senhor”; no vocativo: “Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal”; no Corpo do Texto: “Vossa Excelência”.

Questão 37

A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei. É correto afirmar que o texto se refere ao princípio da:

- A) Unidade.
- B) Legalidade.
- C) Anualidade.
- D) Publicidade.
- E) Exclusividade.

Rascunho

Questão 38

Segundo a Lei n. 4.320/64 a despesa pública passa por alguns estágios. Um dos estágios é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. É correto afirmar que o texto se refere ao estágio da despesa pública:

- A) Liquidação.
- B) Empenho.
- C) Pagamento.
- D) Arrecadação.
- E) Lançamento.

Questão 39

Determinado Órgão Público abriu processo para contratação de bens permanentes. O gestor, ao verificar a disponibilidade do orçamento, restou dúvida sobre a correta classificação orçamentária. Marque a alternativa correta em relação a classificação da despesa orçamentária:

- A) Materiais permanentes devem ser classificados como despesa corrente.
- B) Materiais de consumo devem ser classificados como despesa de capital.
- C) Considera-se material permanente aquele de duração superior a dois anos.
- D) Inversões financeiras são despesas correntes.
- E) Transferência de capital é uma despesa corrente.

Questão 40

A pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

É correto afirmar que o texto citado e constante na Lei n. 14.133/21 se refere:

- A) A Autoridade Superior.
- B) Ao Licitante.
- C) Ao Fiscal de contrato.

- D) Ao agente de contratação.
- E) Ao Auditor Interno.

Questão 41

Marque a única alternativa correta, que lista as modalidades de licitação previstas na Lei 14.133/21:

- A) Pregão, concorrência, tomada de preços, concurso, leilão e registro de preços.
- B) Pregão, concorrência, concurso, leilão, diálogo competitivo.
- C) Convite, tomada de preços, concorrência e pregão.
- D) Convite, tomada de preços, concorrência, leilão, pregão e diálogo competitivo.
- E) Pregão, concorrência, tomada de preços, RDC e leilão.

Questão 42

A dispensa e inexigibilidade da licitação podem ser utilizadas pela Administração quando respeitada as situações previstas em Lei. Considerando os artigos 74 e 75 da Lei 14.133/21, assinale a opção incorreta em relação a dispensa e inexigibilidade de licitação:

- A) É inexigível a licitação quando não surgiram interessados em licitação anterior e o procedimento licitatório não puder ser repedido.
- B) É possível realizar dispensa de licitação em razão do valor.
- C) É inexigível a licitação quando for inviável a competição.
- D) Poderá ocorrer a dispensa de licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- E) Para contratação de representante comercial exclusivo é inexigível a licitação.

Rascunho

Questão 43

Assinale a alternativa incorreta referente aos contratos administrativos constante na Lei n. 14.133/21:

- A) O objeto e seus elementos característicos são cláusulas necessárias em todo contrato administrativo.
- B) É vedada a Administração Pública firmar contrato com pessoa física.
- C) A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.
- D) Os contratos administrativos poderão ser alterados nos casos previstos em Lei.
- E) A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio.

Questão 44

A subdivisão de uma organização em unidades menores, de forma sistemática, visando o agrupamento de atividades homogêneas é definida como departamentalização e pode ser classificada de diversas formas. O tipo de departamentalização em que as pessoas possuem habilidades e conhecimentos similares e desenvolvem atividades e tarefas comuns dentro do processo de trabalho, é classificada como:

- A) Por produtos ou serviços.
- B) Matricial.
- C) Por localização geográfica.
- D) Por clientes.
- E) Funcional.

Questão 45

Ao estabelecer um processo educacional visando o aprendizado de longo prazo aos seus gerentes e empregados profissionais, a área responsável pela gestão de pessoas de uma organização está realizando:

- A) Avaliação de desempenho.
- B) Recrutamento interno.
- C) Desenvolvimento.

- D) Treinamento.
- E) Seleção.

Questão 46

Com relação à evolução da administração, algumas abordagens e teorias foram essenciais na consolidação do conhecimento dessa área. A abordagem que defendeu a aplicação de métodos científicos para analisar o trabalho e determinar como completar as tarefas de produção de forma eficiente ficou conhecida como:

- A) Administração científica.
- B) Teoria estruturalista.
- C) Teoria das relações humanas.
- D) Teoria burocrática.
- E) Teoria clássica da administração.

Questão 47

Com relação às funções administrativas tradicionais, marque a alternativa **incorreta**:

- A) Controlar é verificar se o que foi planejado está sendo executado de maneira satisfatória aplicando ações corretivas quando necessário.
- B) Organizar é reunir e coordenar o conjunto de recursos disponíveis visando atingir os objetivos definidos na fase do planejamento.
- C) Liderar é direcionar as pessoas, estimulando e motivando-as para executarem as suas atividades e tarefas para que os resultados desejados sejam alcançados.
- D) Comandar é exercer poder sobre outras organizações do mesmo setor econômico no qual a organização está inserida.
- E) Planejar é definir objetivos e tomar decisões apropriadas de forma antecipada visando atingi-los.

Rascunho

Questão 48

Documento em que constam as normas de uma organização, além da descrição de procedimentos, funções, políticas, instruções e outras formas de orientações a serem seguidas e cumpridas por todos os trabalhadores:

- A) Relatório.
- B) Organograma.
- C) Formulário.
- D) Fluxograma.
- E) Manual administrativo.

Questão 49

Essa ferramenta **não** é utilizada para a gestão dos estoques:

- A) UEPS.
- B) Just In Time.
- C) DRE.
- D) PEPS.
- E) Curva ABC.

Questão 50

Geraldo, administrador financeiro de uma organização, foi responsável por analisar um investimento a ser realizado em um projeto no valor de R\$ 530.000,00. A previsão de fluxo de caixa nos primeiros cinco anos é de R\$ 208.000,00. Caso Geraldo utilize o método do *pay-back* simples para análise, este investimento terá retorno em:

- A) Entre 2 anos e meio e 3 anos.
- B) Exatamente em 2 anos.
- C) Entre 1 ano e meio e 2 anos.
- D) Entre 2 anos e 2 anos e meio.
- E) Mais de 3 anos.

Rascunho